

Residência secundária e patrimonialização da paisagem rural. Notas a partir das aldeias serranas da Lousã¹

Paulo Carvalho

Centro de Estudos Geográficos, Faculdade de Letras, Universidade de Coimbra

1. Residência secundária, novos usos e valorização patrimonial dos territórios rurais

As recentes políticas e instrumentos para o desenvolvimento rural reflectem uma nova forma de pensar e actuar sobre os territórios rurais. Depois da afirmação de uma concepção produtivista assumem relevo as perspectivas territorialistas e ambientalistas que apontam diferentes vias para o desenvolvimento do mundo rural (MORENO, 2002; CARVALHO, 2005).

As actividades de turismo, recreio e lazer configuram, no plano teórico, propostas alternativas que podem gerar efeitos positivos se integradas em estratégias de desenvolvimento sustentado e orientadas para a dinamização territorial e revitalização do tecido económico e social das áreas de intervenção. A emergência destas actividades é indissociável de profundas mudanças no plano sócio-cultural, nomeadamente a extensão dos modelos culturais urbanos ao espaço rural e, de forma paralela, a revalorização dos modos de vida e das culturas rurais; a consciencialização dos cidadãos sobre a importância de conservar o ambiente e preservar a paisagem; a cada vez maior procura de natureza e espaços naturais (e culturais) por parte da sociedade de ócio que se generalizou nos países desenvolvidos.

A investigação realizada em Portugal tem privilegiado a componente turística, situação que decorre, entre outros motivos, do interesse (e do generoso apoio) público (nacional e comunitário) em relação ao sector turístico, em especial desde o final dos anos 80, com evidente influência no elevado crescimento do número de unidades (em diversas tipologias) e da capacidade de alojamento instalada. A opinião recorrente da maioria dos autores sobre os resultados do turismo em espaço rural, embora reconhecendo a plasticidade e a maior abrangência do conceito, é a de que se trata de uma actividade muito

selectiva, na óptica dos actores envolvidos e dos benefícios que é capaz de gerar como, por exemplo, a valorização patrimonial das estruturas edificadas, não respondendo de forma abrangente aos anseios da maioria da população rural (JOAQUIM, 1999; CAVACO, 2003; RIBEIRO, 2003).

Por sua vez, a residência secundária, como fenómeno em expansão, suscita preocupações nomeadamente no que diz respeito às implicações paisagísticas nos territórios rurais em geral e nos mais periféricos em particular.

Na sequência de contributos conceptuais de diversos autores como, por exemplo, CRAVIDÃO (1989), CALDEIRA (1995), SANTOS (1996), GALLENT e TEWDWR-JONES (2000), entendemos que a residência secundária é uma alternativa de residência (fixa) de uma família, cujo domicílio principal está situado em outro lugar e que é usada essencialmente por membros dessa família para fins recreativos ou de lazer.

GALLENT e TEWDWR-JONES (*op. cit.*), a respeito da origem e crescimento da residência secundária, dizem-nos que, na Escandinávia e na América do Norte, a tradição de possuir uma residência secundária (no sentido contemporâneo do termo) remonta aos anos 30 do século passado. Noutros países (como é o caso de grande parte da Europa Ocidental) é a partir de meados do século XX que se afirma o «sonho de ter uma residência secundária», segundo a expressão de MARTIN (1972), citada pelos autores.

"Em Portugal só a partir dos anos setenta a segunda residência começa a adquirir significado relevante no território, principalmente ao longo do litoral. Embora, anteriormente, tenham surgido exemplos de segundas residências, estas, estão quase sempre ligadas à aristocracia e à alta burguesia adquirindo, por isso, uma difusão e um significado diferentes daqueles que hoje assumem" (CRAVIDÃO, *op. cit.*).

Conforme nota FERREIRA (1999), "Tradicionalmente representativas em áreas periurbanas ou em espaços com forte atractividade turística/balnear, as residências secundárias tendem a transpor antigos limiares de acessibilidade, acompanhando a penetra-

¹ Uma versão mais extensa deste trabalho foi publicada no cd-rom das Actas do VI Colóquio Ibérico de Estudos Rurais (Huelva, 23-24 de Fevereiro de 2006), na sequência da comunicação apresentada nesse evento.

ção viária para áreas mais recônditas, a afirmar novas motivações individuais/familiares e a suscitar novas escolhas geográficas (albufeiras, faixas costeiras inóspitas, serras e montanhas, aldeias históricas, montes alentejanos, etc.).

Cada vez mais é reconhecido que o crescimento do número de residências secundárias não é um fenómeno isolado, mas conectado com vários outros elementos relacionados com alterações sociais e macro-económicas, sendo por isso o seu entendimento fundamental para explicar o fenómeno. O incremento da mobilidade individual (acompanhada de elevadas taxas de propriedade automóvel individual e da melhoria de infra-estruturas de acessibilidade a muitas áreas rurais), o aumento do rendimento disponível e a redução do tempo de trabalho (mais tempo livre) foram realidades, particularmente no período pós-2ª Guerra Mundial. Estas tendências foram mais visíveis nas regiões mais ricas, com economias cada vez mais baseadas em novas indústrias e serviços financeiros. Tiveram menos importância nas regiões dependentes da economia tradicional, que se encontrava em declínio e que era alicerçada na agricultura e na indústria extractiva. A expansão do fenómeno prende-se, igualmente, com a alteração da imagem das áreas rurais na segunda metade do século XX, quando, ao mesmo tempo, a população urbana interpretou essas áreas como localizações potenciais para uma grande diversidade de actividades, ao invés de simples produção alimentar, conforme advogam BUTLER, HALL e JENKINS (1998).

Nos últimos anos a literatura especializada sobre residência secundária tem salientado de forma crescente as consequências do fenómeno em termos de problemas e benefícios, com a escala local a merecer amplo destaque. O contexto territorial e sócio-económico é uma dimensão recorrente, tal como a análise de diferentes experiências e respostas à expansão da residência secundária, nomeadamente a utilização da via de planeamento territorial, como instrumento para restringir e disciplinar o fenómeno.

Algumas dimensões da residência secundária revelam-se de grande significado para analisar as implicações territoriais, nomeadamente a localização geográfica, o tipo de residência, a morfologia/tipologia de construção e a intervenção urbanística/arquitectónica. As ligações do proprietário ao lugar e à região, a frequência de utilização, o modo como aproveita o seu tempo livre e a forma como são utilizados os equipamentos e os serviços representam outros tópicos de análise e são indicadores importantes de avaliação do fenómeno. A escala e a "intensidade" da residência secundária e as condições antes

da sua implantação e difusão são também elementos a considerar.

A aquisição de casas antigas, com a finalidade de reabilitação para serem utilizadas como residência secundária, é uma das opções que mais pode beneficiar os lugares pelo menos na perspectiva da salvaguarda (e valorização) do património construído. Em certos casos, as estruturas edificadas pré-existent, abandonadas, carregadas de acontecimentos e histórias de vida e, portanto, portadoras de memórias e de uma matriz de identidade, activas ou passivas, são apropriadas por populações que podem não ter qualquer ligação umbilical ou afectiva ao território. Ao invés de induzir edifícios novos, trata-se de um processo de recuperação de imóveis com o objectivo de adaptar e transformar em residência secundária. Como referimos, este cenário prefigura um caminho para a recuperação e a valorização das estruturas edificadas e do contexto dialéctico dos imóveis, e eventualmente um processo de activação do património (patrimonialização), que ocorre em lugares por vezes abandonados e em estado de ruína.

O carácter sazonal da residência secundária pode provocar importantes alterações demográficas, nomeadamente o aumento do número de população presente em época de férias e/ou aos fins-de-semana, de tal maneira que pode ser excedida a capacidade de resposta dos equipamentos e das infra-estruturas locais, gerando-se graves situações de rotura, com dificuldades e prejuízos de qualidade de vida para as populações. De igual modo, é possível admitir contributos positivos para o aumento da população, em termos de habitantes permanentes, por via da transformação de residências secundárias em residências principais, em certa fase da vida dos seus utilizadores nomeadamente após a reforma (SANTOS, *op. cit.*). Contudo, em áreas rurais, dificilmente a residência secundária pode ser encarada como solução (condição suficiente) para o problema do abandono dessas áreas, por muito longas que sejam as estadas médias dos residentes secundários.

O eventual efeito positivo sobre a economia local manifesta-se em dois planos:

- O consumo de produtos relacionados com a estada, na modalidade de comércio diário (em especial o ramo alimentar), e a procura de serviços (como, por exemplo, restauração, e outros relacionados com a manutenção da casa e dos espaços exteriores), embora dependente da "intensidade" da residência secundária e da existência de comércio e serviços aptos a responder.

- O mercado imobiliário, no âmbito da construção, reconstrução, recuperação e conservação de imó-

veis, e todos os serviços conexos desde os projectos (arquitectura, engenharia civil e outras especialidades), passando pela aquisição de materiais para as obras e a intervenção de diversos profissionais do sector (incluindo a mediação imobiliária).

Em áreas largamente dominadas por residências secundárias, em que a população permanente é muito reduzida ou quase inexistente, os efeitos far-se-ão sentir principalmente (e nalguns casos exclusivamente) em regiões diferentes das de acolhimento (SANTOS, *op. cit.*). Esta situação pode resultar do facto de o aglomerado ter sido constituído, desde a origem, predominantemente por residências secundárias, de que é exemplo S. Pedro de Moel (estância balnear do concelho da Marinha Grande, estudada pela citada autora), ou do despovoamento verificado na sequência de fenómenos migratórios (internos e externos), como acontece nas aldeias de Casal Novo, Candal e Talasnal (Serra da Lousã) - que servem de caso de estudo neste artigo.

Em síntese, alguns lugares emergem no quadro do lazer turístico, onde a habitação de férias e fins-de-semana vai ganhando maior expressão espacial, gerando no território efeitos positivos, na medida em que proporcionam às populações locais novas actividades que lhes permitem melhorar as suas condições de vida e contribui para a preservação, activação e valorização do património. De igual modo, pode funcionar

como âncora para atrair novos proprietários e até servir de estímulo a iniciativas públicas de requalificação territorial, revitalização sócio-económica e afirmação/promoção turística de territórios persistentemente esquecidos e marginalizados. Estas novas políticas e instrumentos territorializados de desenvolvimento, centrados em redes e processos de cooperação, são um contributo estruturante para atenuar uma secular geografia das ausências e da solidão povoada.

2. Génese e evolução da residência secundária nas aldeias serranas da Lousã e sua relação com a patrimonialização da paisagem, as novas vivências rurais e a renovação da imagem da montanha

2.1 Breve retrato territorial da área de estudo e nota metodológica

A área de estudo (Figura 1) está localizada na extremidade ocidental da Cordilheira Central Portuguesa. O domínio da montanha, o isolamento, a escassez de recursos, a falta de investimento e de interesse público, a erosão selectiva da população (atraída para destinos nacionais e internacionais, nomeadamente a região de Lisboa, o Brasil e os Estados Unidos da América, respectivamente) explicam a marginalização e o declínio destes micro-territórios, como aconteceu,

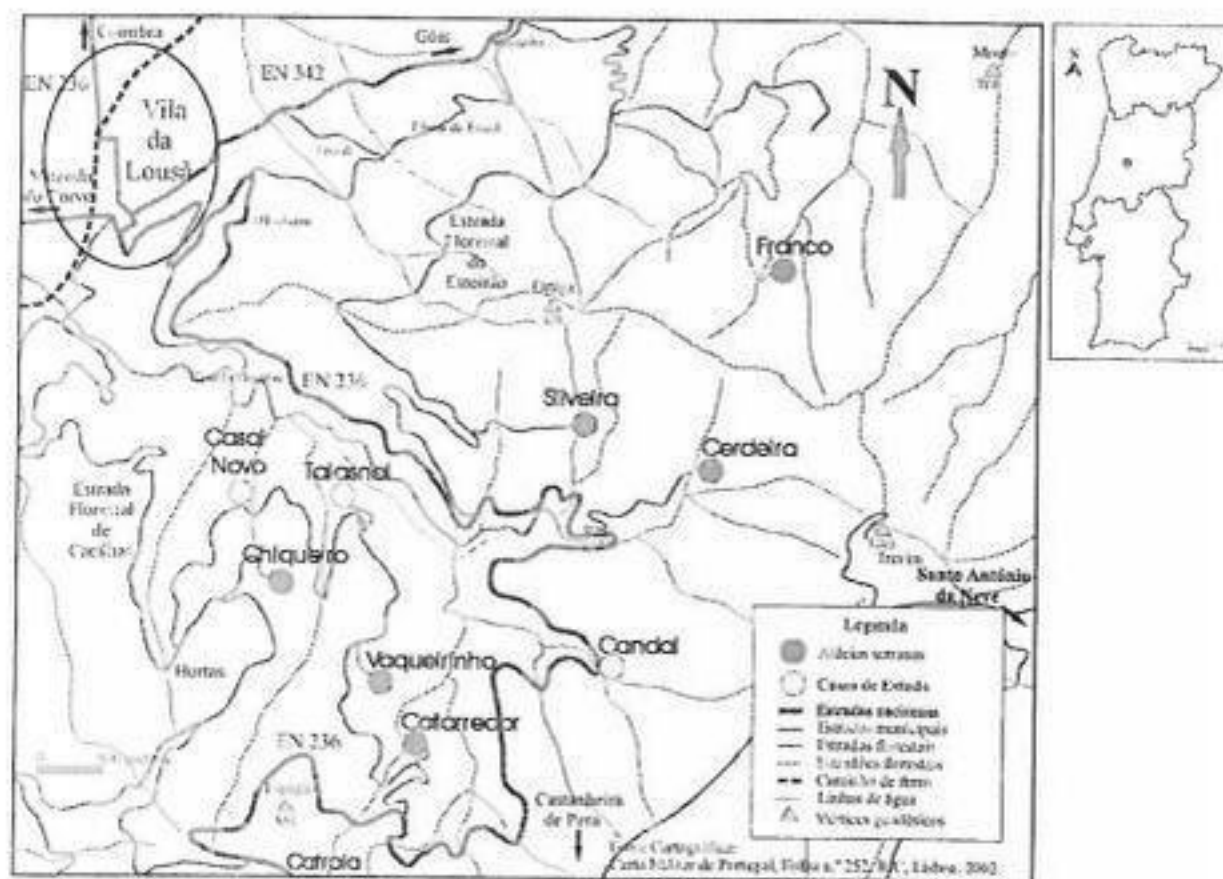


Figura 1
Esboço de localização das aldeias serranas da Lousã (Centro de Portugal)
Fonte: CARVALHO, 2005

em geral, no mundo rural português.

Se em 1940 (ano de registo do valor demográfico mais elevado) foram contabilizados quatro centenas de habitantes nas aldeias de Candal, Casal Novo e Talasnal, vinte anos depois esse valor caiu para quase metade, e em 1981 foram computados apenas 21 habitantes. Em 2001, o recenseamento da população assinala 2 residentes no Candal (tal como no Talasnal) e ausência de população permanente no Casal Novo (CARVALHO, *op. cit.*).

O modelo funcional que dominou a montanha durante séculos, de matriz agro-silvo-pastoril, entrou em declínio irreversível. Desde meados dos meados dos anos 70, as aldeias serranas da Lousã são apropriadas por população urbana, no âmbito da neo-ruralidade e sobretudo da residência secundária, que criou refúgios, configurou novas ruralidades e patrimonializou a paisagem cultural serrana (pelo menos as estruturas edificadas). Esta trajectória de desenvolvimento reflecte a transição de usos ou funções da montanha, no sentido da valorização dos recursos e valores não produtivos.

Uma vez que a dinâmica recente das aldeias serranas da Lousã é indissociável de diversos actores, configurando uma trilogia de ocupação dominada pela residência secundária, justifica-se a análise deste fenómeno nos lugares onde é mais relevante, como acontece em Candal, Casal Novo e Talasnal (fotografia 1), com o intuito de compreender a sua relação com as trajectórias de desenvolvimento, a activação do património construído e a Renovação da imagem das aldeias (e da Serra da Lousã).



Fotografia 1
Talasnal (Serra da Lousã, 2005)
Autor: Paulo Carvalho

A metodologia adoptada consistiu na realização de inquéritos por questionário e entrevistas aos proprietários de residências secundárias (ou de edifícios destinados a esse fim) nas referidas aldeias serranas, no segundo semestre de 2003. O número total de

inquéritos realizados (118) representa 86.8% do número de proprietários com endereço conhecido (Quadro I).

O inquérito permitiu distinguir claramente três tipos de proprietário, de acordo com o estado de conservação e a utilização dos imóveis serranos: 1. proprietários com casa recuperada; 2. proprietários com casa por recuperar; 3. proprietários com casa em recuperação. Nesta versão resumida, privilegiamos o conjunto de todos os proprietários e sempre que se justifique enfatizamos, de forma individualizada, os proprietários de casas recuperadas (componente mais importante da amostra e da investigação).

2.2 Principais resultados da investigação: síntese e conclusões

A leitura dos resultados mais relevantes da investigação decorre em função de grandes categorias analíticas.

No âmbito da caracterização dos proprietários e utilizadores, podemos referir que 97% dos inquiridos são de nacionalidade portuguesa.

Mais de três dezenas de municípios foram assinalados como local de residência principal dos inquiridos (Figura 2), destacando-se Coimbra (35%), Lousã (25%) e Lisboa (quase 10%). Estes três municípios perfazem quase 70% do total apurado.

Comparando com os resultados apurados em 1989 pela Professora Fernanda Cravidão, para os lugares de Casal Novo e Talasnal, registam-se importantes alterações no domicílio dos inquiridos, nomeadamente a redução de mais de 40 pontos percentuais no caso de Coimbra relativamente ao final dos anos 80, a maior expressão da Lousã (de 5 para 15%) e o alargamento da área geográfica de residência dos inquiridos.

Em relação à estrutura etária, os resultados, organizados em classes, permitem sublinhar a preponderância dos indivíduos com idade compreendida entre os 40 e os 49 anos (35%), e o peso elevado das classes etárias superiores (em especial no Candal).

No que concerne à composição social dos inquiridos, podemos referir que as habilitações académicas reflectem uma população muito diferente daquela que habitou os lugares serranos da Lousã, se não vejamos: 60% das respostas obtidas envolvem indivíduos habilitados com curso superior. A estrutura sócio-profissional é mais um argumento que corrobora a tese de que se trata de um conjunto de indivíduos, na sua grande maioria, com um nível de rendimento económico elevado: quadros superiores e profissionais liberais (27%), docentes (19%) e empresários e trabalhadores por conta própria (14%).

A segunda categoria de análise - características e utilização dos imóveis serranos - merece os seguin-

tes comentários: a esmagadora maioria dos inquiridos adquiriu a título oneroso os imóveis (a modalidade de herança tem algum significado no Candal – 23% das respostas. Os amigos (36%), a procura no local (24%) e os antigos proprietários/moradores, são os principais factores que mediaram a aquisição.

Quadro I

Inquéritos realizados nas aldeias serranas da Lousã (2003)

Lugares	Prop.	Inquéritos		Prop.	Inquéritos		Prop.	Inquéritos		Prop.	Inquéritos	
	A	Nº	%	B	Nº	%	C	Nº	%	Total	Nº	%
Candal	33	30	90,1	18	13	72,2	2	1	50	53	44	83,0
Casal Novo	18	17	94,4	9	7	77,8	1	1	100	28	25	89,3
Talasnal	27	26	96,3	27	23	85,2	1	-	-	55	49	89,1
Total	78	73	93,4	54	43	81,1	4	2	50	136	118	86,8

Prop. – Proprietários; A – Casas recuperadas; B – Casas não recuperadas; C – Casas em recuperação.

Fonte: Inquérito às Aldeias Serranas (2003)

O processo de aquisição de imóveis para residência secundária é praticamente contínuo, entre 1977 e 2003. A análise das respostas segundo períodos, permite destacar o reduzido número de aquisições no período anterior a 1980, apenas 7%, e que os períodos

de aquisição mais importantes são 1980-1984 (26%), 1995-1999 (23%) e 1990-1994 (20%). No plano dos lugares serranos, o processo de aquisição tem origem no Casal Novo e Talasnal, onde a década de 80 tem ainda grande expressão, e só mais tarde, nos anos 90, assume relevo no Candal.

O processo de recuperação dos imóveis revela que apenas 24% dos inquiridos recuperaram a sua casa no ano de aquisição; para a grande maioria (76%) foi necessário mais de quatro anos para realizar as obras. Este processo decorreu através de administração directa (40%), empreitada (25%) e com a participação dos proprietários (12%).

A recuperação, respondendo a novas funções, origina alterações significativas, sobretudo no interior dos imóveis: nº e tipo de divisões, materiais de estrutura e acabamento, entre os mais importantes. No exterior, salientamos a introdução de portadas de madeira para resguardar janelas, massas de cimento a ligar o aparelho de xisto e varandas e telheiros/alpendradas (para criar espaços de convívio/lazer).

Por sua vez, a frequência de utilização da residência secundária, sendo um importante indicador do envolvimento do proprietário e da sua família com o lugar e os territórios serranos, revela que cerca de 60% dos inquiridos afirmam utilizar a habitação na Serra, ao longo de todo o ano, embora em especial aos fins-de-semana. A utilização apenas durante o Verão é assinalada por 26,5% dos inquiridos.

O número de dias por ano, em média, situa-se em 41,3 dias/ano, retratando o comportamento da variável em cada aldeia: 33,2 (Casal Novo), 34,3 (Talasnal) e 50,8 dias/ano (Candal). A explicação para o facto de no Candal se utilizarem as residências secundárias durante mais tempo decorre sobretudo do contributo de antigos moradores na aldeia.

No Casal Novo e no Talasnal, verificamos uma menor utilização das residências secundárias, em relação a 1989: de 42 para 34 dias/ano.

Por outro lado, foi nosso objectivo investigar a existência de outra residência secundária e relacio-

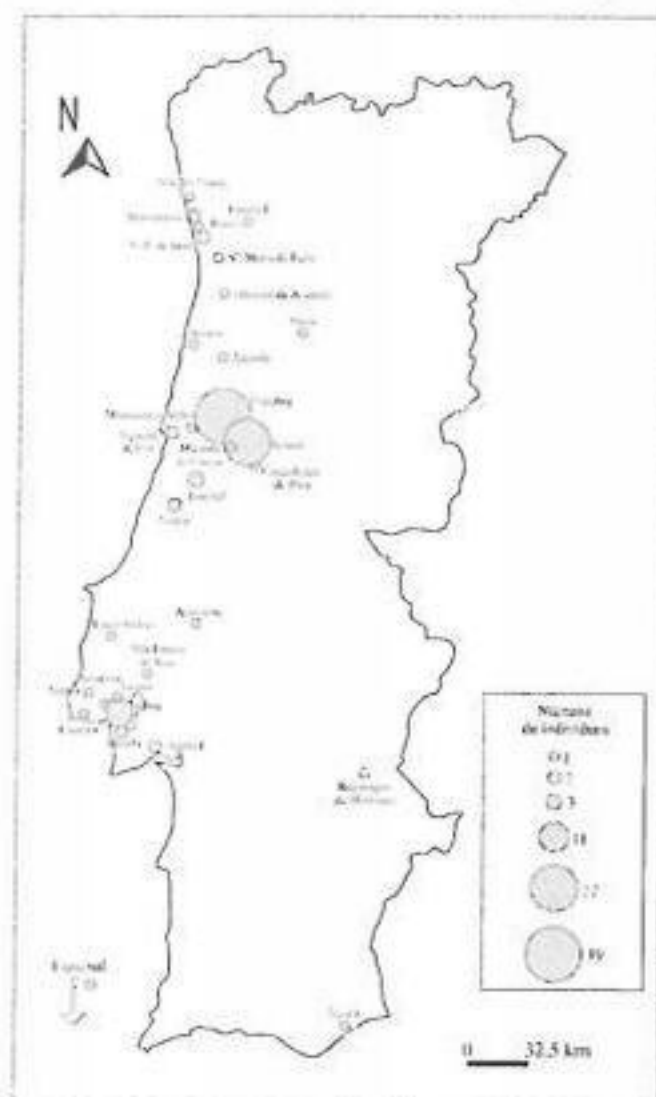


Figura 2

Local de residência dos inquiridos

Fonte: Inquérito às Aldeias Serranas (2003)

nar a localização, o ano de aquisição e alguma indicação sobre a frequência de utilização, com a situação e a utilização das casas nas aldeias serranas. Os resultados do inquérito mostram que mais de 40% de proprietários de imóveis na Serra são igualmente titulares de outras residências secundárias, repartidas por três dezenas de municípios em Portugal, valores que cresceram face a 1989 (de 26 para 40%, em 2003). Ao mesmo tempo, é evidente o alargamento da sua distribuição geográfica, ganhando mais áreas no litoral e no interior.

O cruzamento do ano de aquisição desses imóveis com a data de aquisição de casa nas aldeias serranas, permite afirmar que a aquisição de imóveis nas aldeias serranas é, em 75% dos casos, anterior ao processo de aquisição da "segunda" residência secundária.

Todavia, a propósito da influência da outra residência de lazer sobre o tempo de utilização da casa na Serra, verificamos que os titulares de outra residência secundária passam na Serra menos dias por ano: Candal (27.5), Talasnal (32.7) e Casal Novo (37.7), em relação aos proprietários/utilizadores que não têm outra residência de lazer: Candal (55.6), Casal Novo (40.1) e Talasnal (35.0). O valor médio relativo a cada uma destas situações sobe de 32.2 dias/ano para 46 dias/ano (CARVALHO, *op. cit.*).

No que diz respeito ao(s) motivo(s) para a aquisição de casa na Serra, considerando todos os proprietários de imóveis, destacam-se as opções "descanso" (33%) e "ocupação dos tempos livres" (15%) - em conjunto representam mais 16.7% do total. Daí as respostas sobre o modo como ocupam o tempo livre na Serra: "Convívio, passeios pedestres e leitura" (quase 30%); passeios a pé (20%); actividades de arranjo/manutenção da casa e do quintal (12%); participação dos proprietários nos trabalhos de recuperação da casa (13%).

O último campo de análise, tem como objectivo recolher a opinião sobre os problemas, as potencialidades e as imagens mais marcantes dos lugares serranos.

Os principais problemas que afectam as aldeias serranas, com 36.1% do total apurado, envolvem "acessos; insegurança; incêndios; infra-estruturas". Trata-se, pois, de um conjunto de problemas estruturais, que são assinalados também de forma individual: acessos (13%); insegurança (8.3%); infra-estruturas básicas (3.7%). O abandono e a degradação das aldeias são referidos igualmente por quase 15% dos inquiridos, como problemas relevantes das aldeias serranas da Lousã.

Quanto às principais potencialidades das aldeias serranas, as respostas, remetem para os seguintes domínios: ecoturismo (28.9%); "ambiente saudável" (21.6%); turismo (15.5%); tempos livres (11.3%); paisagem e/ou

património (8.2%). Assim, a componente turística recolhe quase metade das opiniões expressas.

Numa palavra, lemos nas respostas dos inquiridos a identificação ou a confirmação de novas funções para a montanha, centradas no aproveitamento das suas características mais originais e valorizadas pela actual sociedade de consumo e de lazer. O património e a paisagem, o "ambiente saudável" (água, silêncio, verde, entre outros) são atributos de referência para os tempos livres e a residência secundária, como podem ser âncoras para pequenos projectos de alojamento e animação turística, desde que enquadrados e sem ultrapassar a "capacidade de carga" da paisagem. Trata-se, igualmente, de recursos vitais para as novas estratégias de educação e interpretação patrimonial, como aquelas que interessa estruturar, servindo os objectivos de identificar, investigar, dar a conhecer, aproximar (e envolver) esse património da (e com a) população.

Finalmente as imagens relevantes (ou os símbolos marcantes das aldeias) apontam o casario de xisto (36%) e a paisagem cultural serrana (21%), afinal âncoras de uma memória reconstruída e de uma ruralidade recriada.

3. Notas finais

A reconversão e a reorientação funcionais do mundo rural são indissociáveis da emergência de um novo sistema social de valores, por sua vez relacionado com a população urbana e a utilização dos tempos livres.

A residência secundária insere-se no quadro das novas procuras sociais dos territórios rurais. Trata-se de um fenómeno em expansão, impulsionado por profundas mudanças sociais, económicas e culturais, e pela alteração da imagem das áreas rurais, que tem suscitado novas escolhas geográficas.

Apesar das inúmeras dificuldades que pode causar ao ordenamento do território, em especial em áreas de elevada atracção, a residência secundária aparece igualmente, em certos casos, associada a dinâmicas territoriais de preservação e valorização de recursos, nomeadamente o património e a paisagem, bem como configura novas formas de ruralidade. Assim acontece nas aldeias serranas da Lousã que foram objecto deste estudo.

Casal Novo, Candal e Talasnal exemplificam a patrimonialização de paisagens culturais (de matriz rural e vernacular), a partir da reabilitação de antigas estruturas edificadas (abandonadas), processo espontâneo, sem apoio público, iniciado em meados dos anos 70 e em particular relacionado com a residência

secundária. Trata-se, então, de uma relação positiva entre a residência secundária e o património cultural edificado, que estruturou uma nova trajectória e abriu perspectivas inovadoras de desenvolvimento. A casa de xisto, reabilitada, também no âmbito da fixação de alguns neo-rurais, é o símbolo mais expressivo do processo de patrimonialização e uma das componentes mais activas da renovação da imagem da Serra da Lousã.

O recente interesse público, no âmbito do Programa das Aldeias do Xisto (da Acção Integrada de Base Territorial do Pinhal Interior, 2000-2006), manifesta-se, essencialmente, através de incentivos financeiros dirigidos à recuperação de fachadas e coberturas, requalificação de espaços públicos, instalação de mobiliário urbano e infra-estruturação com redes básicas, que sustenta uma rede de sítios de interesse turístico (CCDR, 2003).

O Programa, envolvendo 23 lugares serranos repartidos por treze municípios das sub-regiões do Pinhal Interior Norte, Pinhal Interior Sul, Cova da Beira e Beira Interior Sul, sugere alguns desafios que são, ao mesmo tempo, objectivos importantes que apelam a novas tarefas de investigação, nomeadamente: avaliar a participação dos diversos actores territoriais, em particular no âmbito das iniciativas de requalificação e infra-estruturação dos lugares (neste momento, em fase de conclusão); discutir os resultados da fase (em curso) de promoção e animação turística dos lugares serranos; analisar a (des)articulação entre diversas políticas e instrumentos de promoção do desenvolvimento que se cruzam nesta área.

De igual modo, importa definir linhas orientadoras e estruturar novas propostas de acção, respondendo às dificuldades que persistem, no sentido de garantir a continuidade dos investimentos e das dinâmicas instaladas, e evitar o problema que decorre da falta de horizontes de sustentabilidade que marca algumas iniciativas deste tipo.

Referências bibliográficas

- ALVERGNE, Christel et TAULELLE, François (2002) - *Du local à l'Europe. Les nouvelles politiques d'aménagement du territoire*. Paris, PUF, 304 p.
- ASHWORTH, Gregory and GRAHAM, Brian (2005) - *Senses of Place: Senses of Time* (Col. Heritage, Culture and Identity). Aldershot, Ashgate, pp. 3-12.
- BUTLER, Richard; HALL, C. Michael and JENKINS, John (1998) - *Tourism and recreation in rural areas*. Chichester, John Wiley & Sons, 258 p.
- CALDEIRA, Maria José (1995) - *Residência secundária na área metropolitana de Lisboa. Outras espaços, outras vivências*. Dissertação de Mestrado em Geografia Humana e Planeamento Regional e Local. Lisboa, 228 pp. (+ anexos).
- CARVALHO, Paulo (2005) - *Património Cultural e Trajectórias de Desenvolvimento em Áreas de Montanha. O exemplo da Serra da Lousã*. Dissertação de Doutoramento em Geografia apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Coimbra, 657 p.
- CARVALHO, Paulo (2006) - "Residência secundária, patrimonialização e construção de novas ruralidades". *Comunicações do VI Colóquio Ibérico de Estudos Rurais*, Huelva, Universidade Internacional da Andaluzia/Associação Espanhola de Economia Agrária e Sociedade Portuguesa de Estudos Rurais, pp. 467-499.
- CAVACO, Carminda (2003) - "Ambiente e usos do território: reflexões incómodas". In PORTELA, J. e CALDAS, J. C. (orgs.) - *Portugal Chão*. Lisboa, Celta Editora, pp. 189-198.
- CRAVIDÃO, Fernanda Delgado (1989) - *Residência secundária e espaço rural: duas aldeias na Serra da Lousã: Casal Novo e Talasnal* (Col. Estudos, n.º 10). Coimbra, Faculdade de Letras, 90 p.
- FERREIRA, Carlos (1999) - "Reencontros com o mundo rural: dos lares turísticos à fixação de 'novos e velhos' residentes". In CAVACO, C. (coord.) - *Desenvolvimento Rural. Desafio e Utopia* Lisboa, CEG, pp. 313-318.
- GALLENT, Nick; TEWDWR-JONES, Mark (2000) - *Rural Second Homes in Europe. Examining housing supply and planning control*. Aldershot, Ashgate, 166 pp.
- JOAQUIM, Graça (1999) - "Turismo e mundo rural: que sustentabilidade?". In CAVACO, C. (coord.) - *Desenvolvimento Rural. Desafio e Utopia*. Lisboa, CEG, pp. 305-312.
- MORENO, Luís (2002) - *Desenvolvimento local em meio rural: caminhos e caminantes*. Dissertação de Doutoramento em Geografia Humana apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Lisboa, 498 p.
- PLAZA GUTIÉRREZ, Juan Ignacio et al. (2003) - "Nueva cultura y gobierno del territorio en Europa". *Eria* (Revista Cuatrimestral de Geografía), n.º 61, Oviedo, pp. 211-227.
- PUEBLE FERNÁNDEZ, Leonor (2002) - "El paisaje agrario en el discurso territorial de la PAC y en la ordenación de los espacios rurales". *Actas del XI Coloquio de Geografía Rural*. Santander, Universidad de Cantabria, pp. 234-242.
- RIBEIRO, Manuela (2003) - "Espaços rurais como espaços turísticos: reflexões em torno da construção da oferta de turismo em espaço rural, em Portugal". In PORTELA, J. e CALDAS, J. C. (orgs.) - *Portugal Chão*. Lisboa, Celta Editora, pp. 199-215.

Rosa, Manuel (2005) - "Estratégia e programação do desenvolvimento rural 2007-2013". *Pessoas e Lugares* (Jornal de Animação da Rede Portuguesa LEADER+, II Série, nº 31, p. 3.

SANTOS, Maria da Graça (1996) - *A residência secundária no âmbito da geografia dos tempos livres. Análise comparativa dos casos de S. Pedro de Moel e Praia da Vieira*. Coimbra, CCRC, 318 p.